

MULHER – PROFESSORA E PENTECOSTAL: UM ESTUDO SOBRE RELAÇÕES DE GÊNERO E RELIGIOSIDADE NA ESCOLA.

MIGUEL, Iranilde Ferreira (UNESP/Presidente Prudente)
RIBEIRO, Arilda Inês Miranda (UNESP/Presidente Prudente)

I – Introdução

Este texto trata de uma pesquisa que tem como objetivo investigar de que maneira as relações de gênero e religiosidade perpassam o cotidiano escolar e as práticas educativas das professoras pentecostais.

Partimos do pressuposto de que o espaço escolar não é neutro e nem pacífico; que relações de gênero, religiosidade e divisões de fé, são engrenagens que compõem a maquinaria do poder no interior da escola.

Nosso objeto de pesquisa são as professoras pentecostais da Congregação Cristã no Brasil, porque entendemos que o pentecostalismo praticado pela CCB¹ apresenta algumas peculiaridades que a diferem das demais igrejas pentecostais, e, por acreditarmos que as relações de gênero estabelecidas no interior desta igreja são fortemente marcadas pelo controle masculino sobre o feminino.

Nossa hipótese é que a religiosidade das professoras pentecostais influencia de maneira significativa às práticas educativas destas professoras.

Adotaremos a metodologia da história oral, privilegiando os relatos orais, para compreender como se dá a construção das relações de gênero no interior da igreja bem como as representações sociais dessas professoras; a etnografia; e lançaremos mão das ferramentas da análise do discurso, pois o pentecostalismo apresenta um importante campo discursivo, permeado de gestos, sons, rituais, sinais e signos que são elementos importantes na construção das representações dos pentecostais.

Trata – se de uma pesquisa em andamento e ainda não possuímos resultados que comprovem nossas hipóteses. Entretanto, nossas reflexões têm apontado para as complexidades que envolvem as questões de gênero e religiosidade na escola.

II - Relações de gênero e religiosidade no cotidiano escolar

¹ A sigla CCB será usada quando referir-se à Igreja Congregação Cristã no Brasil

A escola é o **LUGAR** de apropriação de conhecimentos, considerados socialmente relevantes para a formação da cidadania. LUGAR marcado e demarcado pelas relações que os indivíduos estabelecem com os outros.

Assim, entendo como o cotidiano da escola, um lugar, um território.

“Lugar: reconhecimento do lugar como espaço geográfico complexo e resultado do cruzamento de forças, tanto naturais como sociais; reconhecimento de que o lugar se apresenta em inúmeras camadas de tempo”. (OLIVERIA JR, et al. 2005: 119. In: Estudo, pensamento e criação. Livro I)

No território do cotidiano escolar construímos parte de nossa existência, através de ações aparentemente repetidas e diárias. Entretanto, o cotidiano não se faz apenas de repetições mecânicas, mas também de atos repetidos e conhecidos permeados de saberes que se constituíram e se legitimaram ao longo de nossa existência.

O território do cotidiano escolar não é neutro, nem pacífico, mas marcado, por regras, saberes, relações, palavras, atos, hábitos, símbolos, que dialogam entre si formando uma teia de significações e sentidos. É aí na fronteira com o seu outro, que se esconde o invisível, que acontece o conflito, a guerra. Uma guerra que parece não existir.

“A fronteira é lugar de relação, região de encontro, cruzamento e confronto. Ela separa e, ao mesmo tempo, põem em contato culturas e grupos. Zona de policiamento é também zona de transgressão e subversão. O ilícito circula ao longo da fronteira. Ali os enfrentamentos costumam ser constantes”. (LOURO 2004: 19)

O cotidiano da escola é o lugar das relações. Fronteira, lugar do cruzamento, do ilícito. Neste território do cotidiano se dá enfrentamentos constantes e cruentos. Neste espaço, plural, híbrido e complexo, construímos parte de nossa existência, construímos a cidadania para o século XXI.

No cotidiano produzimos modos de ser e de viver: aprendemos a aprender, aprendemos a fazer, a aprendemos a conviver e aprendemos a ser. Produzimos o que é comum e considerado normal. Mas produzimos o estranho, o diferente e anormal. O exercício da vida cotidiana faz parte da vida em sociedade. Agnes Heller (2000: 17), diz: “*A vida cotidiana é a vida de todo homem. Todos a vivem sem nenhuma exceção*”.

É no cotidiano que se institui a norma monta-se a “*maquinaria do poder*”, mas é aí que se estabelece a zona de transgressão das normas, a subversão.

“(…) por trás dos bastidores, tecnologias mudas determinam ou curto-circuitam as encenações institucionais. (...) que procedimentos populares (também minúsculos e

cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim que 'que maneiras de fazer' formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou 'dominados?'), dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política". (CERTEAU, 1996: 41)

É preciso buscar o invisível do cotidiano escolar e compreender como os atores da escola se apropriam deste território.

Na busca de parte deste invisível a questão que levanto neste trabalho diz respeito à religiosidade no espaço escolar.

A religião sempre fez parte da história dos homens. O sagrado permeia toda a nossa realidade, enfim, o nosso cotidiano. A religiosidade de professores e alunos não é deixada do lado de fora dos muros da escola e acreditamos que o espaço escolar é marcado pela divisão da fé. Por trás da aparente normalidade, como cada um professa sua religião no cotidiano da escola? Como professores e alunos se apoderam dos espaços, e discursos que circulam no espaço escolar? Como são vistos professores e alunos que professam credos religiosos diferentes da maioria?

O objeto de minha atenção passa a ser os pentecostais, um "outro", um diferente, ou seja, a mulher pentecostal e professora.

As igrejas evangélicas consideradas pentecostais são: Igreja Congregação Cristã no Brasil, Igreja Assembléia de Deus, Igreja o Brasil para Cristo, Igreja Deus é amor, Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Só o Senhor é Deus, Igreja do Evangelho Quadrangular, Igreja Renascer em Cristo, Igreja Internacional da Graça de Deus entre outras.

III - O PENTECOSTALISMO E A CONGREGAÇÃO CRISTÃ NO BRASIL

O pentecostalismo surgiu nos Estados Unidos no século XIX, dentro das igrejas Metodista e Batista. O nome vem de pentecostes, festa religiosa dos judeus.

"E cumprindo-se o dia de pentecostes, estavam todos reunidos no mesmo lugar; e de repente veio do céu um vento veemente e impetuoso, e encheu toda a casa em que estavam assentados. E foram vistas por eles línguas repartidas, como que de fogo as quais pousaram sobre cada um deles. E todos foram cheios do Espírito Santo, e começaram a falar noutras línguas, conforme o Espírito Santo lhes concedia que falassem". (Atos dos Apóstolos, Cap.2. V.1 ao 4)

Por isso, o centro do pentecostalismo é o batismo no Espírito Santo, que se apresenta como sinal visível o ato de falar em línguas estranhas.

Os pentecostais têm como base de fé e de conduta as verdades contidas na Bíblia, que em geral é interpretada literalmente.

Nas primeiras décadas do século XX, chegaram ao Brasil as duas primeiras Igrejas pentecostais: A congregação Cristã do Brasil, em 1910, e a Assembléia de Deus, em 1911.

A Congregação Cristã no Brasil surgiu no Brasil em 1910, com o nome de Congregação Cristã do Brasil, através de Luis Francisconi². Não existe nenhum documento escrito, reconhecido oficialmente pela Igreja, sobre a história da Congregação Cristã no Brasil. Toda a história da Igreja é passada oralmente através de relatos nos cultos, esporadicamente. Alguns relatos escritos ou fitas gravadas com breves relatos sobre a história da Igreja são de particulares.

Merece atenção o fato de que os membros da CCB, não se consideram pentecostais.

“Entendo que não há razão para se falar que a Congregação Cristã no Brasil é “Pentecostal”. Admitiria até que somos “Espiritualistas”, “Crentes nos Dons”, “Crentes na Promessa do Senhor” que aceitamos o “Derramamento do Espírito Santo” etc.

A essência doutrinária da Congregação Cristã é buscar e praticar pela fé, a simplicidade e a pureza vivenciada pelos irmãos da Igreja Primitiva.

Penso até que chamar-nos de “Pentecostais” tenha um fundo jocoso e irônico, assim como a origem o termo “Protestante”. (Depoimento de um ancião da CCB)”

Hoje, no Brasil, o pentecostalismo tem sido destaque no campo religioso brasileiro, chamando atenção da mídia e de estudiosos.

Dados do IBGE sobre as Religiões no Brasil, segundo o censo de 2000, nos revelam que apesar de os católicos se constituírem na maioria da população, é possível notar o avanço de outras religiões no Brasil. O aumento da porcentagem dos evangélicos no cenário religioso brasileiro é visível. Em 1991 os evangélicos eram 9,05% da população se saltaram para 15,45% em 2000, ou seja, cerca de 13 milhões para 26 milhões. A revista VEJA nº 26 de 03 de julho de 2002, trouxe como capa a manchete *“A nação evangélica: o maior país do mundo está ficando cada vez mais evangélico. E isso começa a mudar muita coisa no Brasil”*.

Embora o Brasil seja um país católico, os números não podem ser ignorados. Ao contrário do que se pensava, os “crentes” deixaram de ser um “pequeno rebanho”.

² Ou Louis Francescon

Alguns estudos acadêmicos sobre o pentecostalismo, abordam o movimento pentecostal como uma religião popular das camadas mais pobres da população e sem instrução.

No cotidiano da escola é muito comum, nos depararmos com meninas e professoras que são identificadas como “crentes” a partir de seus usos e costumes que lhes conferem características próprias de pentecostais.

Em relação aos homens pentecostais, este reconhecimento imediato não acontece.

Quem de nós, nunca viu na entrada de qualquer escola, por esse Brasil a fora, uma imagem de Jesus Cristo crucificado? Ou, um quadro da Sagrada Família? Ou, uma imagem de Nossa Senhora Aparecida? Ou ainda, a imagem da Virgem Maria?

Estes símbolos católicos se fazem presentes nas escolas públicas brasileiras e se constituem em discursos que conservam embutidos efeitos específicos de poder. São signos que marcam o cotidiano escolar como território de uma religiosidade superior: o catolicismo.

Para os pentecostais, as imagens de santos, a adoração e / ou a reverência às imagens, consideradas sagradas pelo catolicismo, são atos de idolatria, e, portanto, um “pecado”.

Entendo que a presença destes símbolos católicos no espaço escolar, são engrenagens do poder exercido pelo catolicismo.

“(...) as relações hierárquicas da sociedade são apreendidas mediante cotidianos ritualizados, fazendo “crer” que elas são naturais. É contando com o Imaginário Social que as relações de poder estabelecidas protegem sua legitimidade contra aqueles que a atacam. Visando garantir um lugar privilegiado no domínio dos imaginários sociais, o grupo hegemônico inventa complexos e variados dispositivos de proteção. Isso vai desde produções legais, coercitivas, às formas sofisticadas de formação de opinião”. (Ferreira e Eizirik, 1994: p. 7)

Assim, os discursos, da laicidade, do respeito às diferenças, do multiculturalismo, da igualdade de todos e da liberdade de culto e crença, encobrem a guerra que se estabelece na fronteira da religiosidade. Eis uma estratégia, uma tática de poder: o grupo hegemônico “inventa” um dispositivo de proteção contra a religiosidade do outro e trabalha no nível do Imaginário Social na tentativa de manter a ordem estabelecida ao longo da história.

É preciso considerar a batalha travada pelo catolicismo no controle da educação ao longo da história da educação brasileira. Para Rolim, o pentecostalismo foi forçado a manter-se afastado da participação social entre 1910-1950, principalmente por causa da ofensiva católica que na tentativa de deter o avanço pentecostal. A partir do Concílio Plenário Brasileiro realizado no Rio de Janeiro em 1939, foram desencadeadas frentes de ofensivas aos pentecostais.

“A ofensiva desencadeou-se em duas em duas frentes: a dos católicos letrados e dos eclesiásticos, defendendo a igreja Católica como a única verdadeira, e ainda manejando os dados estatísticos; e a outra, uma frente de ação violenta, inclusive com uso da polícia, contra núcleos e Igrejas pentecostais. Os pentecostais e outros protestantes eram tratados com termos depreciativos e injuriosos, e algumas vezes a entrada de seus templos entulhada de sujeiras. Desconhecendo os dispositivos religiosos dos pentecostais e usando da sua autoridade e prestígio junto às autoridades civis, padres e católicos moveram uma campanha dura e persistente”. (ROLIM, 1987: 66)

Um olhar mais atento nos mostra, que os anos trinta foram marcados por ações da Igreja Católica que objetivavam restabelecer sua influência na sociedade brasileira.

“As fronteiras cronológicas da Neocrístandade são fixadas por Scott Mainwaring entre os anos de 1916 e 1955, tendo seu apogeu durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Nesse período, a Igreja procurou reafirmar sua influência na vida pública e reaproximar-se do Estado, mantendo com este uma relação ‘mútua de cooperação’, conservando como ‘interesses indispensáveis’ a ingerência sobre o sistema educacional, a preservação da moralidade católica, o anticomunismo e o *antiprotestantismo*”. (SIMÕES, 2006:4)

Percebemos que a guerra entre católicos e protestantes não acabou. Ela ganha novos contornos e significados em outros espaços.

No tocante as relações de gênero, penso que as mulheres pentecostais, sentem mais os efeitos desta “guerra”, uma vez que estão sujeitas a um outro discurso institucionalizado, o religioso. Este atua na formação de suas representações, na disciplinarização de seus corpos e através de regras que normatizam comportamentos, moda, atitudes e valores femininos.

Partindo das palavras de Foucault:

“(…) o poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles”. (FOUCALUT, 2000:183)

Minhas indagações são formuladas na seguinte direção?

Como essas mulheres (professoras, alunas, mães, funcionárias e diretoras), “consumem” esses discursos? Que táticas e / ou técnicas elas usam para sobreviverem a esse “bombardeio”? De que forma essas mulheres exercem seus poderes?

Penso que, essas questões estão intrinsecamente ligadas à construção da cidadania, e por isso não devem ser negligenciadas no cotidiano da escola. Faz-se necessário, compreender essas relações se não quisermos comprometer o processo de formação e desenvolvimento humano. Ou ainda, se não quisermos provocar uma *“uma distorção na vocação do ser mais”* (Freire, 1997:30).

IV - As professoras pentecostais, religiosidade e práticas educativas

A religião sempre fez parte da história da humanidade. O sagrado permeia toda a realidade humana. A religiosidade de professores e alunos não é deixada do lado de fora dos muros da escola e concluímos que o espaço escolar é marcado pela divisão da fé. Cada um de nós carrega escondido em suas práticas valores e crenças que foram adquiridos e construídos ao longo de nossa existência.

Para RIBEIRO (2006 E 1997), não há como ignorar a presença marcante da religião no processo educativo ao longo da história da educação brasileira. Nos últimos tempos a idéia de uma escola laica, apenas encobriu as tensões, conflitos, preconceitos e discriminações ainda presente no interior da escola, gerados pelas diferenças religiosas.

Assim, não há como pensar a construção de uma cidadania para o século XXI, desconsiderando a religiosidade de um grande número de envolvidos no processo educativo.

Coloco em questão o trabalho desenvolvido pelas professoras da CCB, a medida que são convocadas a exercerem um papel de agentes de transformação e de reconstrução da sociedade.

Defendo a hipótese de que além dos desafios que são colocados a todos os professores de maneira geral, a elas é acrescentado o desafio de enfrentarem o confronto pessoal que lhes é colocado por conta de valores e crenças, resultado de suas orientações religiosas.

Além das muitas questões que já foram levantadas ao longo deste texto, em relação aos pentecostais, entendo ser necessário atentar para a maneira como os pentecostais tratam a participação social.

Os pentecostais da CCB caracterizam-se, pela não participação de movimentos sociais, e se orgulham de serem “apolíticos”. O discurso religioso da CCB transfere as questões sociais para o âmbito do sagrado, mantendo-se afastado da participação social.

As questões sociais devem ser entregues nas mãos de Deus. É muito comum nas pregações, que são consideradas “A PALAVRA DE DEUS”, divinamente inspirada, pelo Espírito Santo, a orientação aos fiéis a não procurarem soluções terrenas, mas entregar suas “causas”³ nas mãos de Deus.

Para os pentecostais da CCB, a cidadania está desvinculada da participação social num sentido de ser o agente de transformação. A idéia de peregrinação, de passagem rápida pela terra, os faz sentirem-se desobrigados de uma participação efetiva.

A participação social dos membros da CCB se de forma oculta e sigilosa, através de assistência aos pobres da igreja, realização de trabalhos voluntários e de uma organização administrativa invejável. Merece destaque aqui o fato de que ninguém recebe dinheiro para a realização de qualquer tipo de serviço prestado a igreja, ou seja, os líderes da igreja não recebem nenhum tipo de salário.

Há que se considerar, porém que está característica, tem raízes históricas. Para Rolim (1987: 69), o pentecostalismo foi forçado a manter-se afastado da participação social entre 1910-1950, principalmente por causa da ofensiva católica que na tentativa de deter o avanço pentecostal, organizaram o Concílio Plenário Brasileiro e a partir daí desencadeou frentes de ofensivas aos pentecostais.

Diante do exposto o desafio da professora pentecostal ante a profissionalidade docente no século XXI é ainda maior. Como esquecer ou desconsiderar sua formação religiosas? Ou ainda, como lutar com as forças mágicas e místicas da religião?

Neste espaço de confronto entre a profissionalidade e a religiosidade, qual é a posição assumida pela professora pentecostal? Que conseqüências trarão para a construção da cidadania do século XXI?

³ Causa é um termo usado pelos membros da CCB para definirem qualquer tipo de problema enfrentado na vida. Usa também como sinônimo de causa o termo prova, ou provação.

V - Considerações finais

Assim, diante do que foi exposto ao longo do texto, é possível perceber que as relações de gênero e religiosidade são engrenagens da “*mecânica do poder*”. Nesse sentido, a construção da cidadania e o respeito às diferenças produzidas pela religiosidade, passam pela compreensão dos mecanismos de poder, da microfísica do poder, instalados no interior da escola, pelos envolvidos no processo educativo.

É preciso compreender e detectar onde estão situadas “*as últimas ramificações do poder*”, suas maquinarias no cotidiano para que sejam desconstruídos.

Entretanto, quero ressaltar que o fato de ser pentecostal não desabilita nenhuma professora a realizar seu trabalho como docente. Nem tampouco a impede realizar o exercício da reflexão. Todo ser humano reflete. Porém, devemos considerar que refletimos a partir de nossos valores e representações formados a partir de nossas vivências cotidianas, e enfim de nossa cultura. A religiosidade de cada um faz parte de sua cultura.

O professor ou professora tem que inevitavelmente se defrontar com sua própria decisão sobre a prática que realiza, porque ao ser ele ou ela quem pessoalmente se projeta em sua relação com alunos e alunas, tratando de gerar uma influência, deve assumir o grau de identificação ou de compromisso com as práticas educativas que desenvolve, seus níveis de transformação da realidade que enfrenta etc. (CONTRERAS 2002: 78)

Ora, se o professor deve enfrentar sua própria decisão sobre a prática educativa que realiza, o faz a partir do que sabe, conhece e acredita. Desta forma, escolhe o que vai ensinar e a forma de ensinar e só realiza o trabalho do que lhe é educativamente desejável. Não há como ser neutro ou deixar as convicções religiosas fora da decisão.

Mas, devemos atentar para o fato de que é possível proferir um discurso politicamente correto e /ou pedagogicamente, mas não mudar a forma de agir e de acreditar.

Penso que neste sentido, nos deparamos com uma outra questão: quem determina o que é desejável educativamente? As diretrizes que estão postas para a educação no atual contexto estão afinadas com as concepções dos pentecostais? Ou ainda: podemos dizer que as concepções, os valores e as crenças pentecostais não são legítimas?

Entendo que a construção da cidadania não está vinculada à legitimação de concepções, sejam elas quais forem, de nenhum grupo social. Mas, deve provocar mudanças nas formas de enxergar o mundo e suas relações, de maneira a viabilizar a humanização humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTENCOURT, Agueda Bernadete & OLIVEIRA JUNIOR, Wenceslao Machado de. (org.). **Estudo, pensamento e criação**. Campinas - SP: Graf. FE/ Unicamp, 2005. Livro I.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia da Letras, 1990.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer/ Trad de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes 1996.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira**: católicos e liberais. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1986.

CONTRERAS, José. **A autonomia de professores**. Trad. Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2002.

DELORS, Jacques. **Educação um tesouro a descobrir**: Relatório para a UNESCO da comissão internacional sobre educação para o século XXI. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2001

EIZIRIK, Marisa Faermann e FERREIRA, Nilda Tevês. Educação e imaginário social: revendo a escola. In: **Em aberto**, Brasília, ano 14, n. 61, jan./ mar. 1994.

FERRAROTI, Franco. Sobre a autonomia do método biográfico. In: FINGER, Matthias & NÓVOA, Antonio (org.). **O método autobiográfico e a formação**.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GAARDER, J.; HELLERN, V. & NOTAKER H. **O Livro das Religiões**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GIROUX, Henry A. Professores como intelectuais transformadores. In: GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre a sexualidade e teoria queer/Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Carismáticos e pentecostais: adesão religiosa na esfera familiar.** Campinas/SP: Autores Associados, ANPOCS, 1996.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. **A educação da mulher no Brasil-Colônia.** São Paulo: Arte & Ciência, 1997.

_____. Educação: instrumento de acesso à cidadania? In: Santos, G. **Universidade, formação e cidadania.** São Paulo: Cortez, 2001.

ROLIM, Francisco C. **O que é pentecostalismo.** Coleção primeiros passos. São Paulo. Brasiliense, 1987.

ROSADO-NUNES, Maria José. **Gênero e religião.** Ver. Estudo. Fem. [online]. 2005 vol 13, nº 2.

SCOTT, W. Joan. **Prefácio a gender and politics of history.** Cadernos Pagu, n.3, p. 11-27, 1994.

_____. **Uma categoria útil de análise histórica.** Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul./dez. 1990.

SIMÕES, Daniel Soares. **Antiprotetantismo, neocristandade e paradigma tridentino na obra “O anjo das trevas” (1936).** Cadernos de História. Ano I, nº 2, setembro de 2006. In: www.achs.ufop.br/cadernosdehistoria

